

## QUALIDADE DEMOCRÁTICA, PERCEPÇÃO DE CORRUPÇÃO E CONFIANÇA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Thiago Perez Bernardes de Moraes<sup>1</sup>

Romer Mottinha Santos<sup>2</sup>

Geraldo Leopoldo da Silva Torrecillas<sup>3</sup>

### Resumo

As democracias latino-americanas seguem em consolidação, entretanto, ainda estão em estado de incompletude, nesse sentido, a percepção de corrupção parece altamente disseminada. Este trabalho tem o objetivo de testar duas hipóteses sobre a América Latina, quais sejam: 1) o baixo nível de confiança nos partidos políticos e no Congresso Nacional guarda relação com a percepção de corrupção; 2) a percepção de corrupção guarda relação com a qualidade da democracia. Para testar nossas hipóteses utilizamos três bases de dados distintas: 1) dados do *Corruption Perception Index*, dos anos de 2012 e 2013; 2) dados do *Latinobarómetro* referentes à confiança em partidos políticos e confiança no Congresso Nacional de 2010 e 2011; 3) dados do *The Democracy Ranking of the Quality of Democracy* de 2008 a 2011 desenvolvidos pelo *The Democracy Ranking Association*. Os resultados mostram que nossa primeira hipótese não tem aderência, vide que não foi encontrada correlação entre percepção de corrupção, confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos. Entretanto, nossa segunda hipótese mostra alta aderência, vide que encontramos uma forte correlação negativa entre percepção de corrupção e qualidade democrática.

**Palavras chave:** Corrupção, confiança política, democracia, América Latina.

### Resumen:

Las democracias latino-americanas están en proceso de consolidación, todavía en estado incompleto, en un escenario donde la percepción de la corrupción parece altamente generalizada. Este trabajo tiene como objetivo poner a prueba dos hipótesis sobre la América Latina: 1) el bajo nivel de confianza en los partidos políticos y el Congreso Nacional tiene relación con la percepción de la corrupción; 2) la percepción de la corrupción relacionada para guardar la calidad de la democracia. Para probar nuestra hipótesis, utilizamos tres bases de datos distintas: 1) datos del *Corruption Perception Index* de los años 2012 y 2013; 2) base de datos del *Latinobarómetro* sobre confianza en los partidos políticos y la confianza en el Congreso Nacional de 2010 y 2011; 3) datos desde 2008 hasta 2011 del *The Democracy Rankings of the Quality of Democracy*, desarrollado por el *The Democracy Ranking Association*. Nuestros resultados muestran que la primera hipótesis no tiene validez, considerando que no se encontró ninguna correlación entre la percepción de la corrupción, la confianza en el Congreso y en los partidos políticos. Pero en lo referente a nuestra segunda hipótesis, hemos encontrado grandes solidez vide que existe una fuerte correlación negativa entre la percepción de la corrupción y la calidad democrática.

**Palabras-clave:** Corrupción, confianza política, democracia, América Latina.

<sup>1</sup>Cientista político, doutorando em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy (UAJFK). É professor na área de direito e ciencias sociais.

<sup>2</sup>Cientista político, mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>3</sup> Doutorando em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy (UAJFK). Administrador, mestre em gestão social do trabalho pela Universidade de Brasília (UNB), É Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração do Distrito Federal e professor na area de administração.

**Abstract:**

Latin American democracies are in consolidation process, however, found still in incompleteness, in a scenario where the perception of corruption seems highly widespread. This work aims to test two hypotheses about the Latin America: 1) the low level of confidence in the political parties and the National Congress holds relationship with perception of corruption; 2) the perception of corruption related to guard the quality of democracy. To test our hypothesis, we use three distinct databases: 1) data corruption perception index, the years 2012 and 2013; 2) data from the Latinobarómetro confidence in political parties and confidence in the National Congress of 2010 and 2011; 3) data from The Democracy Rankings of the Quality of Democracy in 2008 to 2011 developed by The Democracy Ranking Association. Our results show that our first hypothesis has no grip because it was not found correlation between perception of corruption, confidence in the National Congress and in political parties. However, the second hypothesis shows high grip because we found a strong negative correlation between perception of corruption and democratic quality.

**Keywords:** Corruption, political confidence, democracy, Latin America.

## 1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcantes para os países latino-americanos, onde a maioria destes restabeleceu as regras do jogo democrático em cenários marcados por crises econômicas e desigualdade social (MELO, 2006). Mas, ao que tudo indica, as democracias latino americanas se encontram ainda em estado de incompletude, e, por conta disso, o nível de corrupção tende a ser elevado (FILGUERAS, 2013 ). Nesse sentido, definimos que corrupção é uma ameaça para a democracia e também para o desenvolvimento econômico em muitas sociedades. Ela se manifesta por meio do uso e troca de riqueza e poder em meio à fraqueza do estado e das instituições sociais (JOHNSTON, 2005).

Há um argumento recente que prevê que a baixa confiança no sistema político e nos partidos não é algo necessariamente próprio das democracias recentes – como as latino-americanas – mas um fenômeno generalizado onde a desconfiança abarca também as democracias mais maduras (PHARR; PUTNAM, 2000; POWER; JAMISON, 2005; NEWTON, 2006).

Neste trabalho temos o objetivo de testar a hipótese de que a falta de confiança latino americana em partidos políticos e no Congresso Nacional guarda relação com o nível da corrupção. Nesse sentido, quanto maior a percepção da corrupção, mais baixa é a confiança em partidos e no Congresso. Como nas grandes bases SACAMPde dados oficiais não há uma medida geral para os “políticos”, nós adotamos a mesma estratégia de Power e

Jamison (2005) e utilizamos como base a confiança popular referente às duas grandes instituições onde atuam os políticos profissionais: o Congresso e os partidos políticos.

Nossa segunda hipótese é de que em cenários onde a democracia detém menos qualidade há mais susceptibilidade de ocorrer práticas de corrupção. Nesse sentido, nossa segunda hipótese é de que haja uma forte correlação negativa entre qualidade democrática e percepção de corrupção, onde os países latino americanos com menor qualidade democrática tendem a apresentar maiores índices de percepção de corrupção.

Para este trabalho utilizamos três fontes distintas de dados sobre a América Latina, sendo elas 1) dados do *Corruption Perception Index*, dos anos de 2012 e 2013; 2) dados do *Latinobarómetro* referentes à confiança em partidos políticos e confiança no Congresso Nacional de 2010 e 2011; 3) dados do *The Democracy Ranking of the Quality of Democracy* de 2008 a 2011 desenvolvidos pelo *The Democracy Ranking Association*. A fim de verificar a aderência de nossas hipóteses cruzamos estes dados e buscamos as correlações existentes.

## 2. DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Situadas a meio caminho entre o ‘subdesenvolvimento acelerado’ e a ‘modernização compulsiva’, as sociedades latino-americanas têm produzido gerações de pesquisadores com problemas sociais e comprometidos com soluções políticas, já que a herança cultural luso-espanhol, a constante instabilidade político-econômica e a pobreza não forjaram uma realidade na qual a neutralidade científica defendida pelos norte-americanos pudesse encontrar terreno fértil (DALLA COSTA; MACHADO; SIQUEIRA, 2006, p. 97).

Os últimos 20 anos foram marcantes para toda história da América Latina, vide que a maior parte dos países retornou para o jogo democrático, entretanto, tiveram que lidar com um cenário de grande desigualdade social, crise econômica e falência do modelo de desenvolvimento centrado na figura do Estado. Estas jovens democracias foram (e continuam) submetidas a duros testes, com períodos de intensas crises políticas e de ameaças de retrocesso. Em resposta a esta situação, os países latino-americanos vêm passando por um movimento de inovação e experimentação institucional (MELO, 2006).

Quando examinamos a evolução política dos países latino-americanos, de pronto nos chama a atenção que o legado histórico é um grande obstáculo para o progresso em direção a um regime democrático pleno e duradouro (porém, esta tendência não é inexorável). A democracia, como regime político, se configura como um conjunto de instituições, normas, formalismos e rituais, regras do jogo, cuja efetiva implantação é

condição *sine qua non* para que, diante de um regime político empírico, possamos dizer tratar-se, realmente, de uma democracia. Essas normas, práticas e arranjos institucionais estipulam, entre outros pontos essenciais, como se expressarão politicamente os interesses e como se resolverão, por meios pacíficos, os conflitos entre pessoas e grupos, consequência de serem tais interesses frequentemente contraditórios (CINTRA, 2000, p. 3).

Os desafios da democracia na América Latina são historicamente singulares. Para resolvê-los é preciso uma nova compreensão e uma discussão aberta que requer a definição dos fundamentos teóricos: os conceitos de democracia, cidadania e sujeitos na democracia, Estado e regime. Os quatro argumentos centrais são: I) a democracia implica uma concepção do ser humano e da construção da cidadania; II) a democracia é uma forma de organização do poder na sociedade, que pressupõe a existência e o bom funcionamento de um Estado; III) o regime eleitoral é um componente básico e fundamental da democracia, no entanto, a realização de eleições não esgota seu significado e alcances; e IV) a democracia latino-americana é uma experiência histórica distintiva e singular, que deve ser, dessa maneira, reconhecida e valorizada, avaliada e desenvolvida (PNUD, 2004, p. 33).

### **3. A CORRUPÇÃO E A AMÉRICA LATINA**

A corrupção vem sendo um problema recorrente nas democracias, de forma que tem impactado de maneiras diversas a legitimidade dos sistemas políticos democráticos. Muito da literatura sobre o tema da corrupção está concentrado, sobretudo, no impacto dela no subdesenvolvimento econômico e social, originando disso receituários universais de reformas e proposições de combate (FILGUEIRAS, 2013, p. 221). “A corrupção não pode ser atribuída a um tempo histórico, a um sistema econômico ou mesmo a um regime político. Em qualquer época, em qualquer situação, ela pode se manifestar” (PINTO, 2011, p. 7).

O conceito mais estabelecido para a corrupção a compreende como um comportamento onde as autoridades públicas se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares específicos (HUNTINGTON, 1968). Os atos de corrupção são partes características do desrespeito generalizado na sociedade com o bem público, que perpassam os agentes privados e públicos e vão desde pequenos atos de desobediência até o desvio de expressivas somas de recursos públicos para as mãos de políticos ou de agentes privados. É, pois, um fenômeno muito mais generalizado do que os escândalos de

corrupção que ocupam quase diariamente a mídia (PINTO, 2011, pp. 7-8).

Tanto na ciência política, quanto na economia, têm sido recorrentes os estudos sobre os efeitos da corrupção. Estes estudos apontam para a máxima de que a corrupção, como efeito negativo, tende a corroer os alicerces dos sistemas político e, não obstante, aumenta o nível de desconfiança interpessoal. Há também a premissa de que a corrupção cria para indivíduos e grupos meios de evitar regulamentos onerosos, entretanto, há de se entender que nessa via a corrupção pode criar um processo cíclico retroalimentando regulações excessivas e discricionárias. Isso tende a prejudicar o crescimento no interior dos países corruptos, tendo em vista que tais nações parecem investir menos recursos com bens públicos, como educação (OLIN, 2013).

Do ponto de vista conceitual a corrupção sempre foi analisada como um problema limitado à ação das autoridades políticas, ou seja, políticos eleitos e burocratas do Estado, e como um problema econômico, tendo em consideração a lógica dos custos e dos benefícios da corrupção para o desenvolvimento e para a modernização. O conceito de corrupção, nessa perspectiva, parte da ideia de que a sua prática representa uma ação intencional por parte de uma autoridade, a qual tende a sobrepor seus interesses privados ao interesse comum, tendo em vista uma estrutura normativa pouco institucionalizada, a qual determina as fronteiras de uma ação ou não aceita no interior do sistema (FILGUEIRAS, 2013, p. 224). A corrupção é um conceito normativamente dependente porque é um tipo de juízo moral, relacionado com aquilo que a sociedade considera como uma espécie de prática que degenera as instituições, uma vez que ela contraria normas fundamentais do interesse público (FILGUEIRAS, 2013, p. 228).

A corrupção é, antes de tudo, uma forma de governar que encontra condições de emergência variadas, em vários cenários políticos, em tempos históricos variados. O fenômeno da corrupção como forma de governar associa definitivamente o Estado à sociedade civil. A corrupção é um fenômeno de grandes proporções que atinge toda a sociedade. Corrupção é ilegalidade. Ter isso em mente é essencial. A corrupção é também a apropriação do público por interesses privados (PINTO, 2011, pp. 50-51).

No *modus operandi* da corrupção intraestatal agentes públicos roubam recursos públicos, sendo que a iniciativa privada e a sociedade aparecem com raridade como atores coadjuvantes. É nesse cenário que a classe política aparece como a grande corrupta em oposição a uma sociedade virtuosa. Essa leitura do fenômeno tem grande presença na mídia e é comum entre a população (PINTO, 2011, p. 56).

A corrupção intraestatal tem vários aspectos. Um dos mais presentes é o desvio de verba pública. É frequente a malversação (peculato) de verbas federais por prefeitos de municípios do interior dos países. Esses recursos são malversados de várias formas, desde a simples incompetência em utilizá-los dentro da lei, ou de fazer prestação de contas, passando pelo desvio das verbas para outros fins, como o pagamento de servidores públicos até o crime de roubo qualificado, ou seja, transferência dos recursos públicos para contas bancárias particulares (PINTO, 2011, p. 57).

A corrupção é uma prática generalizada em suas diferentes formas, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Nesse sentido, escândalos se acumulam nas páginas dos jornais, nos noticiários de televisão e na internet (PINTO, 2011, p. 82).

Se considerarmos a corrupção e outros ilícitos relacionados com as riquezas públicas como um problema a ser solucionado, temos, portanto, de aprofundar a discussão sobre as formas como os latino-americanos, em sua diversidade de classe, gênero, etnia, posição político ideológica se reconhecem perante o público e como se relacionam com ele. Todavia, é no âmbito da disputa política em si, que é também o da formação do cidadão e da cidadã, que ela deve ocorrer (PINTO, 2011, p. 163).

Um trabalho recente buscou estudar a corrupção comparando dados do *Corruption Perception Index (1997)* e do *World Values Survey (1995-1997)* e constatou que nos países latino-americanos, com base na análise popular das autoridades e das instituições da democracia em geral, é possível dizer que há uma consistente percepção de corrupção generalizada (CANACHE; ALLISON, 2005). Nesse sentido, uma das premissas principais que guia este trabalho é de que a constante corrupção na América Latina decorre da incompletude do processo de democratização (FILGUEIRAS, 2013, p.233), assim sendo, atribuímos que quanto menor a qualidade da democracia<sup>4</sup>, possivelmente, mais passível estão os países à prática da corrupção.

#### **4. CORRUPÇÃO E BAIXA CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS E NO CONGRESSO NACIONAL**

---

<sup>4</sup> Um estudo comparou dados de 1980 a 2004 em 124 países e concluiu que há uma alta correlação entre baixa qualidade das instituições democráticas e corrupção, nesse sentido, os autores sugerem que o ampliado da qualidade democrática é uma poderosa ferramenta contra a corrupção (BHATTACHARYYA; HODLER, 2010).

É possível dizer que em relação à confiança nos partidos políticos e no Congresso não há na literatura um consenso muito evidente sobre as causas deste fenômeno<sup>5</sup>. É possível dizer também que os estudos nesse sentido precisam avançar na América Latina (POWER; JAMISON, 2005). Neste mesmo trabalho de Timothy Power e Giselle Jamison, os autores sugerem três grandes causas para o nível de desconfiança política na América Latina sendo elas: 1) o baixo desempenho econômico dos países latino-americanos nas últimas décadas<sup>6</sup>; 2) o uso instrumental das instituições políticas pelos governantes; 3) os escândalos recorrentes de corrupção em toda<sup>7</sup> a América Latina. Neste trabalho propomos testar empiricamente a terceira relação sugerida, a correlação entre corrupção e desconfiança política.

A controvérsia constrói a opinião pública<sup>8</sup> e é sobre ela que os atores políticos serão avaliados (SOARES, 2004, p. 2). Entretanto o espaço público é caracterizado pelas

---

<sup>5</sup> Em alguma medida, é possível dizer que a desconfiança política seja um fenômeno disseminado de forma desigual por todo o mundo (SAMUELS, 2006)

<sup>6</sup> Neste ponto, há de se entender que as reformas neoliberais definiram três grandes vias para a economia produtiva na América Latina: 1) a produção de *commodities* (Brasil e Argentina); 2) produção para a exportação com uso de alta tecnologia por meio de grandes empresas transnacionais, que remetem seus lucros para os países de origem (México e demais países da América Central); 3) economias agrárias no restante do continente sul-americano. Nesse contexto, há um evidente esgotamento do modelo neoliberal visto que a desregulamentação proposta mostra-se ineficaz no sentido de atender as demandas sociais dos trabalhadores, sobretudo aqueles que estão na informalidade (DOMINGUES, 2009, 2010; EBENAU; LIBERATORE, 2013; MORAES, 2013). Como herança, tais reformas deixaram uma grande insegurança conspícua no mercado de trabalho latino-americano, num cenário onde mais de 67% dos latino-americanos declaram ter medo de perder seus empregos. Há de se considerar também que 40% do emprego existente na América Latina não é remunerado, ou se enquadra na categoria de trabalho doméstico ou autônomo. Todos estes trabalhadores não são contemplados pela legislação trabalhista, tampouco, são beneficiados em negociações coletivas, como as promovidas pelos sindicatos (NORONHA, 2006; CARDOSO; GINDIN, 2007). Não obstante, fora o cenário de extrema insegurança proporcionado pela falta de emprego, os direitos trabalhistas em quase todos os países latino-americanos foram diminuídos com as reformas trabalhistas que caminharam no sentido da flexibilização dos direitos (SALAMA, 1999; POCHMANN, 2005; ANTUNES; POCHMANN, 2007).

<sup>7</sup> Segundo Filgueiras (2013, p.236), no período de pós-redemocratização do Brasil, uma série de escândalos de corrupção foram descobertos, em larga medida, podemos afirmar que as “Jornadas de Junho” foram, por assim dizer, um epifenômeno desta situação (MORAES; SANTOS, 2014). No mesmo período, na Argentina e no Peru, uma série de manifestações eclodiram de forma bastante violenta em resposta às denúncias de corrupção (GIMENES, 2014)

<sup>8</sup> Para o sociólogo Pierre Bourdieu a opinião pública ainda é uma forma de realidade com duplo sentido. A opinião pública é um sentimento sobre qualquer tema moldado pelas pessoas melhores informadas, inteligentes e autorizadas moralmente na comunidade (BOURDIEU, 2012, p. 14-15). Bourdieu (1983, p. 173) ainda critica as pesquisas de opinião colocando em dúvida a representatividade das amostras criando uma impossibilidade de conhecer a opinião pública. Para o autor há três postulados em que: qualquer pesquisa de opinião supõe que todos podem produzir uma opinião; que todas as opiniões têm valor; e como é inserida a mesma questão a todo mundo, é implícita a hipótese de que há consenso sobre o problema, uma concordância sobre questões que devem ser estabelecidas. As problemáticas que são propostas pelas pesquisas de opinião se sujeitam aos interesses políticos, pois a pesquisa de opinião é um instrumento de ação política.

pesquisas de opinião, que constroem uma representação da opinião pública (SOARES, 2005, p. 4). A opinião pública se apresenta como uma situação, uma colocação, representando um conjunto de opiniões que se encontram na coletividade. A noção de opinião pública consiste também nas opiniões generalizadas do público e nas opiniões endógenas – as quais são do público no sentido em que o público é o sujeito das opiniões. Quanto mais uma opinião pública permanece exposta e aberta aos fluxos de informações exógenas, oriundas dos meios de comunicação em massa e do poder político, mais a opinião corre o risco de se tornar heterônima. Todavia, enquanto a opinião pública é formada pelos jornais impressos, o equilíbrio entre a opinião autônoma e a opinião heterônima é assegurado pela existência de uma imprensa livre e múltipla, formada por várias vozes (SARTORI, 2001, p. 52-54).

O papel informativo dos meios de comunicação, com a promoção da racionalidade pública e da autopromoção coletiva, só pode ser realizado adequadamente com a liberdade de mercado, onde qualquer indivíduo pode publicar suas opiniões e um amplo espectro de informações de fontes reciprocamente contrárias. Com isso, a informação à disposição dos cidadãos possui vários pontos de vista, por meio de canais de comunicação abertos, promovendo uma zona neutra de formação da opinião pública, um requisito central para o exercício da democracia (SOARES, 2005, p. 3). Devemos considerar também que a internet, trouxe consigo, um oceano sem precedentes de possibilidades de adquirir informação e de se comunicar com outros, impactando assim na forma com que as informações são veiculadas e também na organização popular (MAIA; MORAES, 2013). Em larga medida, a internet trouxe uma nova tônica para a forma de disseminação de informação, dando voz a indivíduos e questões que outrora eram negligenciados (SORIANO, 2014; FRANKLIN, 2014).

## 5. METODOLOGIA

Neste trabalho usamos três bases de dados distintas, sendo elas: 1) dados do *corruption perception index*<sup>9</sup> dos anos de 2012 e 2013; 2) dados do *Latinobarómetro* referentes à

---

<sup>9</sup> Um estudo comparou 3 medidas sobre corrupção, buscando validar os indicadores, sendo elas: 1) *Black Market activity* (nível de atividade do mercado negro); 2) excesso de regulamentação e ou restrição desnecessária da atividade; 3) *Corruption Perceptions Index*. De longe o *Corruption Perceptions Index* foi o índice que mostrou maior aderência dentro os três, explicando três quartos da variância do Produto Interno Bruto real (WILHELM, 2002).

confiança em partidos políticos e confiança no Congresso Nacional de 2010 e 2011; 3) Dados do *The Democracy Ranking of the Quality of Democracy* de 2008 a 2011 desenvolvidos pelo *The Democracy Ranking Association*.

O Latinobarómetro é um enorme banco de dados sobre a opinião pública na América Latina nas últimas décadas. Os questionários do Latinobarómetro são aplicados em 18 países da América Latina, todos os anos, representando uma população de 400 milhões de pessoas. Dentro destas questões são mensurados dados de opinião pública sobre democracia, negócios, cultura cívica e participação social, desenvolvimento relativo às questões de gênero e discriminação e também política e instituições (JAMISON, 2011).

Os dados do *Corruption perception index* referem-se a uma medição organizada pelo grupo Transparência Internacional desde o ano de 1995, calculados atualmente em 176 países do mundo. Os dados baseiam-se em 13 fontes distintas de dados que são padronizados pela subtração média dos dados e divididos pelo desvio-padrão, e em seguida, são redimensionados para se obter as médias. Cada uma das 13 fontes incluídas no índice mede a extensão plena da corrupção nos setores públicos e políticos. Após a padronização, são atribuídos valores em escala de 0 – 100 (SAISANA; SALTELLI, 2012; KAPARDIS, 2013).

A medida do ranking de democracia tem o interesse em medir três dimensões da estrutura democrática: 1) liberdade; 2) igualdade e 3) performance. Para isso, o ranking de democracia baseia-se em duas grandes dimensões: 1) liberdade e outras características do sistema político (50%); e 2) desempenho de dimensões não políticas (50%). Dentro do espectro não político, o ranking de democracia considera 5 pontos: 1) gênero (igualdade de gênero) (10%); 2) economia (sistema econômico) (10%); 3) conhecimento (nível de ensino, pesquisa e acesso a informações) (10%); 4) saúde (saúde da população e sistema de saúde) (10%) e 5) meio ambiente (sustentabilidade ambiental) (10%). Para as diferentes dimensões, políticas e não políticas, uma larga gama de indicadores é atribuída, sendo que todos os indicadores são transformados em uma frequência de 1 a 100 onde 1 representa o menor e 100 o maior (CAMPBELL, 2008).

A fim de conferir se há correlação entre qualidade de democracia na América Latina, percepção de corrupção e confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos, nós cruzamos os dados e os apresentamos logo abaixo.

## 6. RESULTADOS

Para o estudo foi considerado o *score* médio da percepção de corrupção nos 18 países latino americanos, de 2012 e 2013. Este *score* pode variar entre 0 e 100, em que 0 significa baixíssimo índice de corrupção e 100 alto índice de corrupção. O nível de confiança em partidos políticos e no congresso dos países latino-americanos pode variar entre 1 e 4, sendo que quanto mais elevada é a pontuação, maior é a confiança. Para este indicador de confiança, foi considerada a média dos dois últimos anos com dados disponíveis (2010 e 2011).

O *score* de democracia varia entre zero e cem, sendo que valores elevados correspondem a altos índices de democracia. Foram considerados os valores médios de 2008 a 2011.

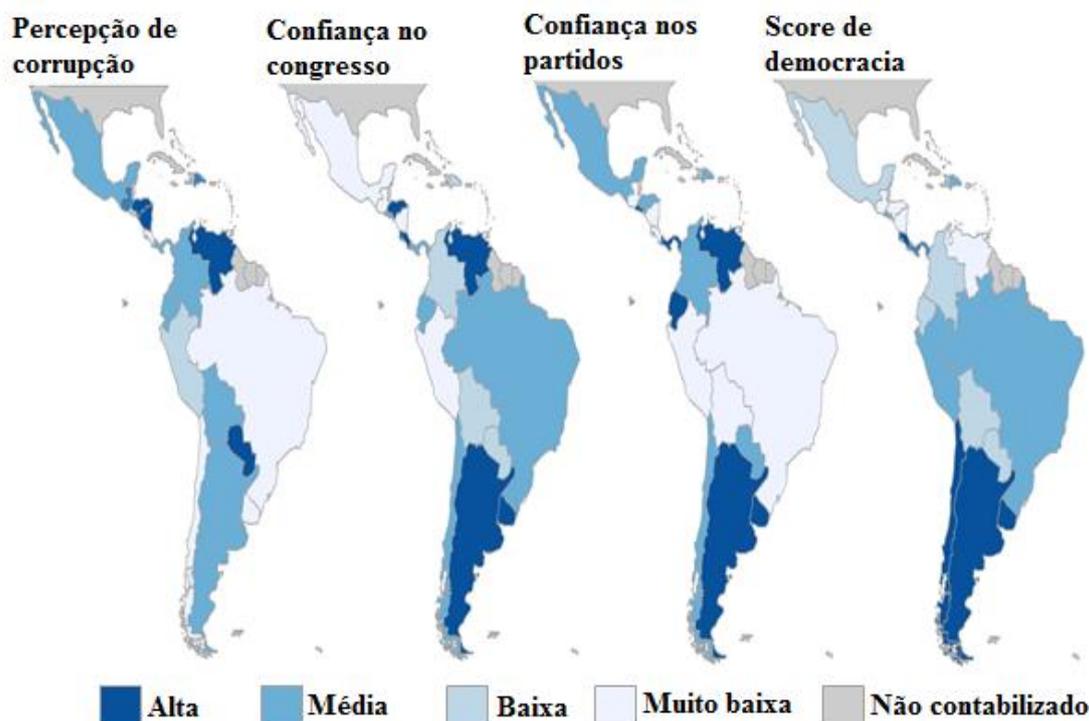
Na tabela 1 apresentam-se os valores de percepção de corrupção, da confiança no Congresso Nacional, da confiança nos partidos políticos e de democracia dos países latino americanos.

**Tabela 1** – *Scores* da percepção de corrupção, da confiança no Congresso Nacional, da confiança nos partidos políticos e de democracia dos países latino americanos.

País	Percepção de corrupção	Confiança no Congresso Nacional	Confiança nos partidos políticos	Score Democracia	
Argentina	65,5	2,2	1,9	69,6	Médio
Bolívia	66,0	2,0	1,7	54,9	Médio
Brasil	57,5	2,1	1,7	62,5	Médio
Chile	28,5	2,1	1,8	71,6	Alto
Colômbia	64,0	2,0	1,8	56,6	Médio
Costa Rica	46,5	2,2	1,7	70,6	Alto
República Dominicana	69,5	2,0	1,8	59,2	Médio
Equador	66,5	2,1	2,0	58,1	Médio
El Salvador	62,0	2,1	1,9	59,6	Médio
Guatemala	69,0	1,7	1,6	50,7	Médio
Honduras	73,0	2,2	1,8	50,6	Médio
México	66,0	1,9	1,8	57,6	Médio
Nicarágua	71,5	1,8	1,7	53,1	Médio
Panamá	63,5	2,1	1,9	65,2	Médio
Paraguai	75,5	2,0	1,8	54,0	Médio
Peru	62,0	1,7	1,7	61,3	Médio
Uruguai	27,5	2,5	2,2	72,6	Alto
Venezuela	80,5	2,4	2,2	47,5	Baixo

Fonte: *The Democracy Ranking of the Quality of Democracy, Corruption Perception Index, Latinobarómetro*, elaboração dos autores.

**Figura 1.** Mapas da frequência de percepção de corrupção, confiança no Congresso, confiança em partidos políticos e score de democracia na América Latina.



Fonte: elaboração dos autores.

Assim como no estudo de Power e Jamison (2005), verifica-se que em praticamente todos os países da América Latina o nível de confiança no Congresso Nacional é maior do que o nível de confiança nos partidos políticos<sup>10</sup>, entretanto, tanto um quanto outro apresentam em nossa análise um baixo desempenho. Além disso, a percepção de corrupção é bastante alta e bem disseminada nos 18 países.

O fato da percepção de corrupção na América Latina ser parcialmente elevada e do nível de confiança em partidos políticos e no Congresso Nacional serem reduzidos

<sup>10</sup> Apesar da baixa confiança de que gozam os partidos políticos, é possível afirmar que tanto os partidos, quanto os sistemas partidários na América Latina são satisfatoriamente estáveis. Isso considerando que com exceção de Venezuela e Peru, é observável uma relativa estabilidade nos demais países. Nesse sentido, vale destacar que os partidos políticos são importantes para a vida política na América Latina, isso se levarmos em conta que na América Latina, assim como nas demais poliarquias, os partidos políticos seguem estruturando a competição e dando forma aos resultados. Os partidos políticos por vezes são pivôs em torno das políticas governamentais, provêm de quadros as instituições e estabelecem meios para a produção legislativa. Por conta disso, podemos dizer que os partidos são os principais atores na estruturação da dinâmica política na América Latina (SÁEZ; FREINDENBERG, 2001; LÓPEZ, 2013).

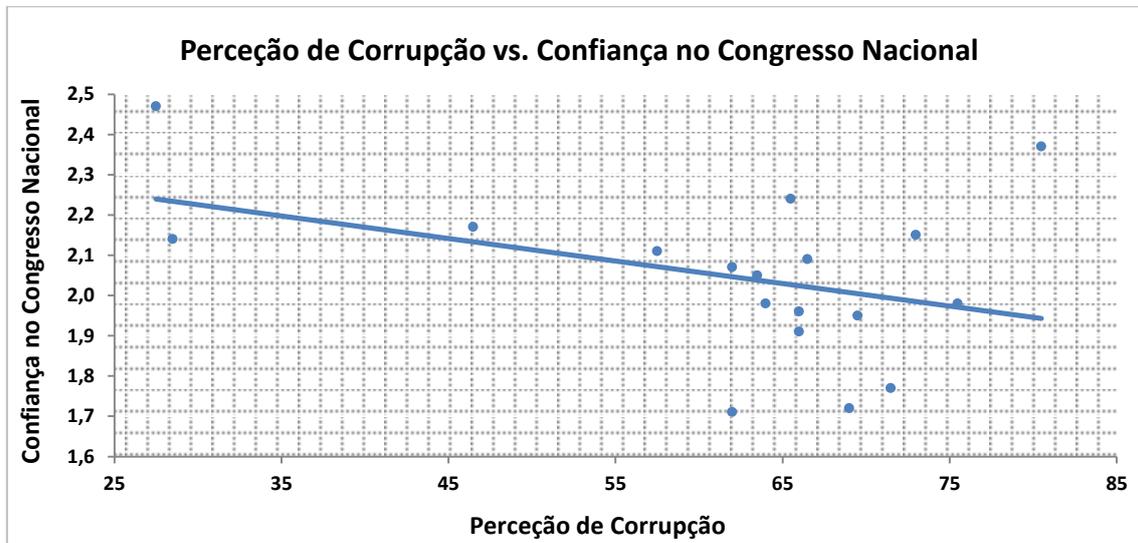
quer dizer que, em larga medida, as opiniões relativas a estes temas não entraram dentro de uma Espiral do Silêncio<sup>11</sup>.

De uma forma resumida, considerando a Espiral do Silêncio, os indivíduos que detêm as opiniões dominantes tendem, ainda que indiretamente, a silenciar os detentores de opiniões minoritárias, que com medo de represálias não expõem a sua opinião. É sempre o medo do isolamento que conduz os indivíduos que possuem um ponto de vista menos visível que fiquem silenciosos. O núcleo duro desta teoria consiste no argumento de que os indivíduos que possuem uma opinião, um ponto de vista minoritário, tendem a cair no silêncio ou conformismo, perante a opinião pública geral (MIDÕES, 2008, p. 1-2). Ao compararmos percepção de corrupção com confiança no congresso nacional, não encontramos correlação ( $r = -,345$ ;  $p = ,161$ ) (Gráfico 1).

---

<sup>11</sup> A Teoria da Espiral do Silêncio é somente uma luz em toda a investigação que ainda há a percorrer acerca da Natureza Social do Homem. Todavia, há conceitos como ‘pressão para o conformismo’ e ‘medo do isolamento’, que não cruciais. Entre outras coisas, os homens têm uma natureza social que lhes causa medo de isolamento, o que os influencia substancialmente em seu comportamento (MIDÕES, 2008, p. 5). Quando as pessoas sentem-se em minoria, tornam-se prudentes e tranquilas, reforçando assim a impressão de fraqueza, até o lado aparentemente mais fraco desaparece, deixando apenas um núcleo duro que se apega aos seus valores anteriores, ou até que a opinião torne-se tabu. É difícil verificar a teoria porque é baseado em quatro diferentes hipóteses, bem como um quinto curso sobre a relação entre os quatro primeiros. As quatro premissas são: I - a sociedade ameaça os indivíduos desviados com isolamento; II - os indivíduos experimentam medo contínuo de isolamento; III - este medo do isolamento faz com que os indivíduos a buscar continuamente avaliar o clima de opinião; IV - os resultados desta avaliação influenciam o comportamento em público, especialmente na expressão pública ou ocultação de opiniões. A quinta suposição afirma que o acima estão inter-relacionados, fornecendo uma explicação sobre a formação, manutenção e modificação da opinião pública. Qualquer teste empírico desses cenários exige que se tornam indicadores observáveis sobre situações que podem registrar-se através de entrevistas (NOELLE-NEUMANN, 1995, p. 180).

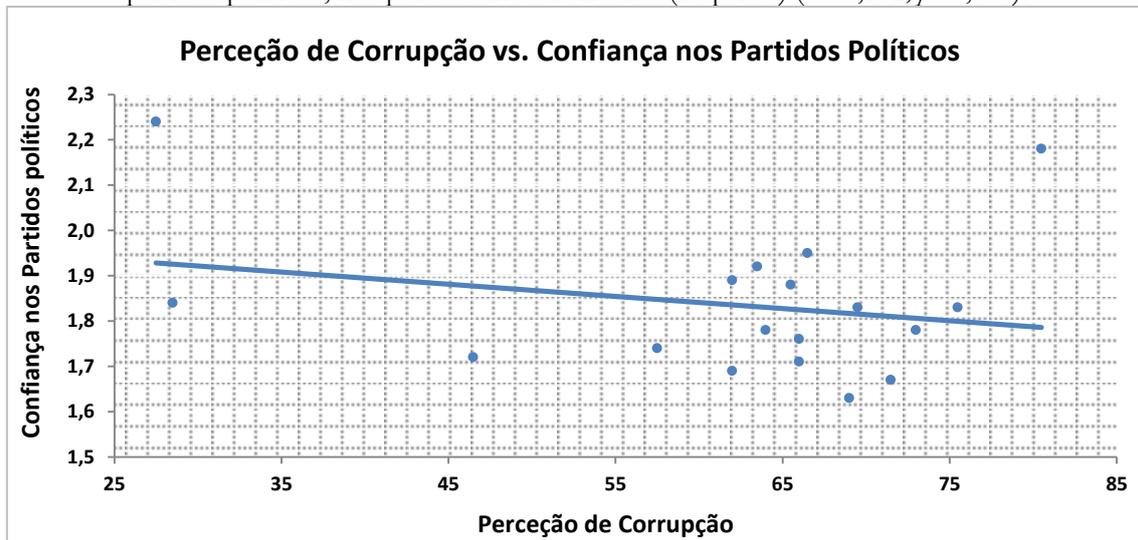
**Gráfico 1** – Diagrama de dispersão entre os scores da percepção de corrupção e de confiança no Congresso Nacional, nos países latino americanos (18 países) ( $r = -,345$ ;  $p = ,161$ ).



Fonte: elaboração dos autores

Quanto à correlação entre a confiança nos partidos políticos e a percepção da corrupção, a tendência é a mesma da confiança nos congressos, não há significância matemática pra estabelecermos correlação ( $r = -,142$ ;  $p = ,573$ ) (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – diagrama de dispersão entre os scores da percepção de corrupção e de confiança nos partidos políticos, nos países latino americanos (18 países) ( $r = -,142$ ;  $p = ,573$ ).



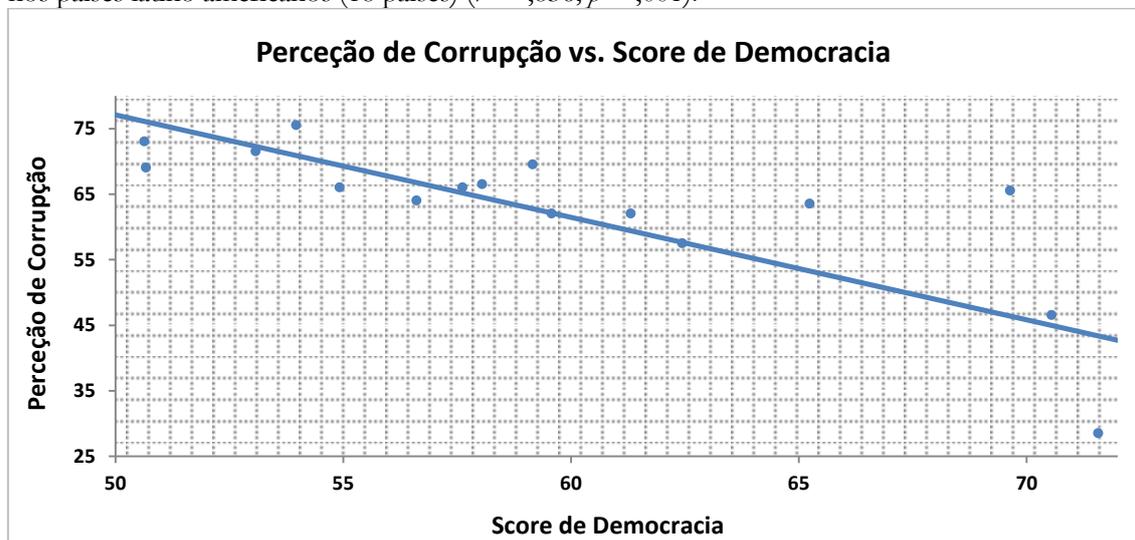
Fonte: elaboração dos autores.

É possível dizer que os cidadãos comuns estabelecem pouca ou nenhuma diferença entre políticos, partidos e parlamento, geralmente visto como algo monolítico: a classe política (POWER; JAMISON, 2005). Entretanto, como não encontramos

correlações entre as variáveis, não podemos afirmar que, para a América Latina, os dados do Latinobarómetro sobre confiança nos partidos e no congresso são um indicador do nível de corrupção existente em cada país.

Porém, observa-se uma correlação negativa e muito forte entre a percepção da corrupção e os scores de democracia ( $r = -,836; p < ,001$ ) (Gráfico 3). Esta correlação indica que nos países latino americanos com scores de democracia elevados a percepção de corrupção é menor.

**Gráfico 3** – Diagrama de dispersão entre os scores da percepção de corrupção e de democracia, nos países latino americanos (18 países) ( $r = -,836; p < ,001$ ).



Fonte: elaboração dos autores

Podemos afirmar em larga medida que para medir o nível de corrupção nos países da América Latina uma excelente medida é o nível de qualidade democrática. Nesse sentido, quanto mais baixa a qualidade democrática, mais propenso o país em alguma medida está à susceptibilidade da corrupção.

Como há uma correlação direta entre qualidade democrática e nível de percepção de corrupção, entendemos que o aumento da qualidade da democracia pode criar instrumentos de *accountability* vertical que oportunizam meios pela qual os cidadãos podem julgar e exercer controle sobre o governo e representantes nas eleições e também pelo controle de saldos, fiscalização do exercício público e de sanções por parte das instituições do Estado. A qualidade democrática pode criar instrumentos de *accountability* horizontal na medida em que os cidadãos podem participar do controle jurídico e político

do governo e representantes através da mobilização e da pressão pública (LEVINE; MOLINA, 2007).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados mostram que não há uma correlação na América Latina entre percepção de corrupção e baixa confiança nos partidos políticos e no Congresso Nacional, o que invalida nossa primeira hipótese. Nesse sentido, não conseguimos validar a hipótese, levantada por Power e Jamison (2005), de que uma das causas da desconfiança popular nas instituições onde atuam os políticos profissionais sejam os escândalos de corrupção. Entretanto, verificamos que, na América Latina, a confiança nos partidos políticos é menor do que a confiança no Congresso Nacional, o que vai de acordo com as premissas levantadas por Power e Jamison (2005), entretanto, verificamos também que tanto o congresso nacional quanto os partidos políticos gozam de baixa confiança.

Os resultados mostram também que há uma correlação negativa muito forte entre qualidade da democracia e percepção de corrupção, nesse sentido, níveis mais baixos de qualidade da democracia parecem ser uma das causas da persistência da corrupção na América Latina, o que valida nossa segunda hipótese.

Neste ponto, sugerimos que, como a corrupção tem origem multidimensional, uma boa estratégia para diminuir o nível de corrupção nas instituições políticas e sociais é investir na melhora da qualidade da democracia. Mas o fato de haver uma elevada percepção da corrupção nos países da América Latina pode ser considerado um elemento positivo para a democracia, pois este fato pode estar relacionado à mudança de valores culturais e cívicos, que podem gradativamente melhorar a qualidade da democracia nestes países.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. 2007. *A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil*. Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Tradução de Ernani Só. Porto Alegre: Tomo Editorial: Clacso.

BHATTACHARYYA, S. HODLER, R. Natural resources, democracy and corruption. 2010. *European Economic Review*, v. 54, n. 4, p. 608-621.

BOURDIEU, P; VAITSMAN, J. 1983. A opinião pública não existe. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, P. 2012. *A fábrica de opinião pública*. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, n. 54, jan. 2012. p.14-15. Sur l'État: cours au Collège de France, 1989 - 1992 [Sobre o Estado: curso no Collège de France, 1989-1992], Raisons d'Agir – Le Seuil, Paris, 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1074&PHPSESSID=950016f33dcf2b582952d2660a150543>>.

CAMPBELL, D. F. J. 2008. The basic concept for the democracy ranking of the quality of democracy. *Vienna: Democracy Ranking*.

CANACHE, D.; ALLISON, M. E. 2005. Perceptions of political corruption in Latin American democracies. *Latin American Politics and Society*, v. 47, n. 3, p. 91-111.

CARDOSO, A; GINDIN, J. 2007. *Relações de trabalho, sindicalismo e coesão social na América Latina*. São Paulo, Ifhc.

CINTRA, A. O. 2000. *Democracia na América Latina (I)*. Estudo da Câmara dos Deputados. Distrito Federal: Consultoria Legislativa, novembro, 2000.

DOMINGUES, J. M. 2010. Revisitando Dependência e Desenvolvimento na América Latina. *Crítica y Emancipación*, v. 2, n. 4, p. 145-166.

DOMINGUES, J. M. 2009. *A América Latina e a Modernidade Contemporânea: uma interpretação sociológica*. Editora UFMG.

EBENAU, M.; LIBERATORE, V. 2013. Neodevelopmentalist state capitalism in Brazil and Argentina: chances, limits and contradictions. *Der moderne staat—Zeitschrift für Public Policy, Recht und Management*, v. 6, n. 1.

FILGUEIRAS, F. 2013. Corrupção e cultura política: a percepção da corrupção no Brasil. In: Helcimara Telles; Alejandro Moreno. (Org.). *Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 1, p. 221-258.

FRANKLIN, M. I. 2014. *Digital Dilemmas: Power, Resistance, and the Internet*. Oxford University Press.

GIMENES, E. R. A. 2014. Situação dos Partidos Políticos na América Latina no Início do Século XXI: Crise ou Estabilidade?. *Revista Andina de Estudios Políticos*, v. 4, n. 1, p. 4-19.

HUNTINGTON, S. P. 2011. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale

JAMISON, Giselle D. Interpersonal Trust in Latin America: Analyzing Variations in Trust using Data from the Latinobarómetro. *Journal of Multidisciplinary Research (1947-2009)*, v. 3, n. 3.

JOHNSTON, M. 2005. *Syndromes of corruption: wealth, power, and democracy*. Cambridge University Press.

KAPARDIS, M. K. 2013. Perception of political corruption as a function of legislation. *Journal of Financial Crime*, v. 21, n. 1.

LEVINE, D. H.; MOLINA, J. E. 2007. *The quality of democracy in Latin America: Another view*. Helen Kellogg Institute for International Studies.

LÓPEZ, S. N. 2013. *Partidos políticos de América Latina*. *Íconos-Revista de Ciencias Sociales*, n. 17, p. 170-172.

MELO, C. R. 2006. Reforma política em perspectiva comparada na América do Sul. *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 45-62.

MIDÕES, M. 2008. Caso Esmeralda e a Espiral do Silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann. *Revista de Recensões de Comunicação e Cultura*, Portugal, p. 1-9. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-caso-esmeralda-espisal-do-silencio.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2014.

MORAES, T. P. B. 2013. Banco Central de Brasil: ¿ Público o Privado? Reflexiones sobre la ambivalencia del Banco Central de Brasil y sobre el amparo legal de la emisión de moneda. *Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, v. 38, p. 301-317.

MORAES, T. P. B.; MAIA, S. P. A. 2014. Jornalismo na web e clonagem biológica: Um estudo sobre o tema clonagem nos cadernos de ciência online dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*. ISSN 1982-6672, v. 7, n. 19, p. 71-96.

MORAES, T. P. B.; SANTOS, R. M. 2013. Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales*, v. 9, n. 2, p. 193-206.

NEWTON, K. 2006. Political support: Social capital, civil society and political and economic performance. *Political Studies*, v. 54, n. 4, p. 846-864.

NOELLE-NEUMANN, E. 1995 *La espiral del silencio: Opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona: Paidós.

NORONHA, E. 2006. *Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

OLIN, M.E. *Corruption and Gender Perceptions in Latin America and the Caribbean*. 2013. Tese de Mestrado. Vanderbilt University.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. (Ed.). 2000. *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?*. Princeton University Press.

PINTO, C. R. J. 2011. *A Banalidade da Corrupção: uma forma de governar o Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2004. *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. Santana do Parnaíba, SP: LM&X.

POCHMANN, M. 2005. Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. Toledo EG, compilador. *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, p. 163-180

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. 2005. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 64-93

SÁEZ, M. A.; FREINDENBERG, F. 2001. *Partidos políticos de América Latina*. Universidad de Salamanca.

SAISANA, M.; SALTELLI, A. 2012. *Corruption Perceptions Index 2012*, statistical assessment. JRC Scientific and Policy Reports

SALAMA, P. 1999. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. Boitempo Editorial.

SAMUELS, D. 2006. *Número e Distribuição de Cadeiras na Câmara dos Deputados*. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 137-141.

SARTORI, G. 2001. *Homo Videns: televisão e pós-pensamento*. Tradução de Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC.

SOARES, M. C. 2005. *Jornalismo e Democracia: enfrentando as antinomias*. ANPOCS XXIX Encontro Anual. Caxambu-MG.

SOARES, M. C. 2004. *Cenários de Representação da Política e campanhas presidenciais no Brasil*. São Paulo: UNESP.

SORIANO, C. R. R. 2014. Constructing collectivity in diversity: online political mobilization of a national LGBT political party. *Media, Culture & Society*, v. 36, n. 1, p. 20-36, 2014.

WILHELM, P. G.M. 2002. International validation of the corruption perceptions index: Implications for business ethics and entrepreneurship education. *Journal of Business Ethics*, v. 35, n. 3, p. 177-189.